



ARTIGO

A JAGUNÇADA DE BARRACÃO: VINGANÇA, RACISMO E MORTE NA COMARCA DE SANTA TERESA/ES (1897)

Francisco Roldi Guariz

Licenciado em História (2003), Especialista em História com Ênfase nos Ensinos Fundamental e Médio (2005). Professor Coordenador da Área de Ciências Humanas e Sociais e Docente da Rede Estadual de São Roque do Canaã/ES. Membro do LEMM/UFES.

Resumo

O presente artigo tem como escopo a Jagunçada de Barracão, chacina ocorrida no distrito de São João de Petrópolis, em Santa Teresa/ES, entre os dias 01 a 03 de novembro de 1897. Nele, discutiremos as razões que determinaram a eclosão desta ofensiva criminosa, as ações dos bandidos e as medidas tomadas pelas autoridades espírito-santenses para investigar os crimes, punir os responsáveis e apoiar as famílias atingidas. Antes, porém, abordaremos algumas transformações internas pelas quais o município de Santa Teresa passou ao final do século XIX, e levantaremos questões atinentes à fundação do distrito de São João de Petrópolis. Além disso, discorremos sobre a origem do vocábulo jagunço e o modo pelo qual a população teresense se apropriou do mesmo. Para tal, usaremos como suporte analítico – fontes diversas e depoimentos de descendentes das vítimas do conflito, colhidos por meio do método da História Oral.

Palavras-chave: imigração, jagunços, vingança, racismo.

Um breve olhar sobre Santa Teresa no final do Dezenove (1873-1897)

O município de Santa Teresa, pioneiro da imigração italiana no Brasil¹, está situado a 78 quilômetros de Vitória, na microrregião central-serrana do Estado do Espírito Santo. Embora imigrantes poloneses tivessem sido assentados nas imediações da vila, no atual distrito de Santo Antônio do Canaã, desde 1873; oficialmente sua fundação ocorreu a 26 de junho de 1875, por ocasião do sorteio dos lotes² entre os colo-

¹ Lei 13.617, de 11/01/2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13617-11-janeiro-2018-786097-publicacaooriginal-154753-pl.html>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

² Os lotes coloniais possuíam, em média, 25 hectares, e eram comumente chamados de prazos, em função do tempo dado pelo Governo para a quitação dos mesmos.

Abstract

The scope of this article is the Jagunçada de Barracão, slaugther occurred in the district of São João de Petrópolis, in Santa Teresa/ES, between november 1st to 3rd, 1897. In it, we will discuss the reasons that triggered the beginning of this criminal offensive, the actions of the bandits and the measures taken by the state authorities to investigate the crimes, punish those responsible and support the affected families. Before, however, we will approach some internal transformations that the municipality of Santa Teresa went through at the end of the 19th century, and raise questions related to the foundation of the district of São João de Petrópolis. In addition, we discuss the origin of the word jagunço and the way in which the local population appropriated it. For this, we will use as analytical support - different sources and testimonies of descendants of the victims of the conflict, collected through the Oral History method.

Keywords: immigration, gangsters, revenge, racism.

nos trentinos recém-chegados, sob a responsabilidade do agrimensor austríaco Franz von Lipp.

Aos pioneiros trentinos, sucederam-se outros imigrantes da Itália setentrional, especialmente os vênetos e os lombardos, e de outras partes da Europa, como suíços, espanhóis e alemães. A imigração europeia para Santa Teresa, sede do Núcleo Timbuhy, pertencente à colônia imperial de Santa Leopoldina³, foi regulamentada pela Lei 3.784, de 19 de janeiro de 1867, e concentrou-se nos anos de 1875 a 1877. “De 1877 a 1890 ainda chegaram, em pequenos grupos, alguns colonos, como sempre, na sua grande maioria, italianos” (DERENZI, 1974, p. 101).

A partir do início da década de 1880, com a emancipação do núcleo colonial e o declínio dos fluxos migratórios europeus, os lotes passaram a ser

³ Fundada em 1857, compreendia dois núcleos: Timbuhy e Santa Cruz.

negociados com trabalhadores nacionais egressos da própria província, de áreas hoje pertencentes à Grande Vitória⁴, e também de diferentes localidades mineiras integradas à bacia hidrográfica do rio Doce, como Aimorés e Peçanha (BIASUTTI, 1994).

A implantação do Núcleo Timbuhy, enquanto projeto do governo imperial, visava à ocupação de extensas áreas ainda inexploradas, cobertas pela abundante vegetação tropical atlântica, e sua progressiva incorporação ao setor produtivo capixaba⁵. Para tanto, o empreendimento apoiou-se na abertura de estradas, demarcação e distribuição de lotes e incentivo à imigração europeia.

Em seus lotes, os colonos dedicaram-se principalmente ao cultivo do café, então principal produto de exportação da economia capixaba. Apesar do relevo acidentado e da infertilidade de parte dos solos, a cultura cafeeira disseminou-se rapidamente pela região, atingindo todo o território teresense já no final da década de 1880 (BIASUTTI, 1994). Assim, os pioneiros espalharam-se pelo Vale do Canaã⁶ e adjacências, formando novas comunidades, como Santo Antônio do Canaã, São João de Petrópolis, 25 de Julho, Várzea Alegre e São Roque. O desenvolvimento econômico oportunizado pela rubiácea estreitou, na esfera social, as relações de convívio entre os colonos de origem europeia e seus descendentes com os brasileiros e, no plano político, propiciou a elevação da vila, a 17 de setembro de 1888, à condição de distrito. O

processo emancipatório consolidou-se rapidamente, a 25 de novembro de 1890, com a assinatura do decreto nº 57. No ano seguinte, a 22 de fevereiro, o suíço Alberto Sebastião Volkart, presidente de Santa Leopoldina, oficializou a instalação do município, cuja direção ficou a cargo do comerciante belga Jéronymo Vervloet. A partir de então, as autoridades municipais instituíram uma série de decretos com o propósito de legitimar e organizar a administração teresense. Na gestão do trentino Carlos Avancini, por exemplo, foram aprovados os decretos nº 1, de 21 de dezembro de 1892, responsável pela promulgação do primeiro Código de Posturas do município; e o de nº 4, de 06 de abril de 1893, por meio do qual foi instaurado o regimento interno do governo local.

Em 1895, Santa Teresa, então ligada à Comarca de Santa Leopoldina, obteve independência jurídica. Pelo decreto nº 142 de 18 de novembro, o governo estadual criou a Comarca de Santa Teresa, instalada solenemente no dia 20 de janeiro de 1896. “Teve como seu primeiro juiz de Direito, o Dr. Luiz Adolpho Thiers Velloso, sendo promotor o Dr. Arthur Lourenço de Araújo Primo. O primeiro escrivão e tabelião nomeado para a nova comarca foi o Sr. Manoel Lauriano de Bomfim Júnior” (RUSCHI, 1939, p. 39).

A partir de 1897, durante o mandato de Antônio de Araújo Aguirre⁷, os representantes de Santa Teresa e Linhares travaram uma série de discussões sobre a definição de suas fronteiras territoriais. O pomo da discórdia era a florescente vila de Mutum, hoje Boapaba, distrito de Colatina (Biasutti, 1994). A questão estendeu-se até 07 de novembro de 1900, quando o presidente José de Melo Carvalho Muniz Freire sancionou a Lei nº 357, fixando os limites entre os dois municípios. Na disputa, prevaleceram os interesses das lideranças linharenses (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: 09 nov. 1900, nº 261, p. 1).

Nada obstante, a derrota sofrida na Assembleia não foi o principal problema enfrentado pelas

⁴ Microrregião formada por sete municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Fundão e Guarapari. Possui uma área de 2.286,54 km² e cerca de 1.980.000 habitantes.

⁵ Conforme Augusto Ruschi (1974), a partir da década de 1870, quando foi maior o incentivo à cafeicultura, pela constante chegada de imigrantes europeus, o Espírito Santo ainda contava com 70% de seu território em florestas virgens (apud BITTENCOURT, 1987, p. 29).

⁶ O vale percorre os municípios de Santa Teresa, São Roque do Canaã e Colatina. Recebeu esse nome em homenagem ao escritor Graça Aranha, autor do livro Canaã, publicado em 1902. O autor cita a cidade de Santa Teresa doze vezes no presente romance (BIASUTTI, 1994). Natural de São Luís (MA), Graça Aranha exerceu o cargo de Juiz Municipal da Comarca de Santa Leopoldina de 11 de agosto a 25 de novembro de 1890.

⁷ Capixaba, casado, engenheiro e presidente municipal de Santa Teresa, 33 anos.

autoridades e a sociedade teresenses no conturbado ano de 1897. Pois, em novembro, um grupo numeroso de bandidos deflagraria uma onda de violência que provocaria mortes, destruição e um sentimento de pavor sem precedentes na história do município – a Jagunçada de Barracão. A tragédia teve como palco o recém-criado distrito de São João de Petrópolis, cerca de 20 quilômetros ao norte da Sede, na divisa com o atual município de São Roque do Canaã⁸.

O distrito de São João de Petrópolis – Notas Históricas

Ainda em 1875, o engenheiro Gabriel Emílio da Costa reservou dois lotes coloniais, às margens do rio Santa Maria do Doce, para a instalação da futura sede da povoação, na zona do Baixo Timbuhy⁹. Nesta área, em janeiro de 1876, a Diretoria incumbiu o trentino Giambattista Donati de construir um barracão, no qual seriam alojados, provisoriamente, os imigrantes italianos responsáveis pelo início do processo de ocupação do distrito. Embora outros barracões tenham sido erigidos nos domínios de Santa Teresa, nenhum outro permaneceu tão ligado à história dos pioneiros e à memória dos moradores quanto o de São João de Petrópolis, pois, desde o século XIX, a comunidade será conhecida pelo nome de Barracão de Petrópolis, ou simplesmente Barracão, modo pelo qual os teresenses se referem ao distrito até os dias de hoje. A primeira referência oficial que identificamos acerca

⁸ Integra a microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo. Foi criado pela Lei nº 3.147, de 15 de dezembro de 1995, desmembrando-se, assim, de Santa Teresa. Possui três distritos: São Roque do Canaã (Sede), Santa Júlia e São Jacinto.

⁹ “Toda aquela região situada às margens do Rio Santa Maria do Rio Doce, desde São João de Petrópolis até as proximidades de Mutum [Boapaba, distrito de Colatina], era conhecida, ao final do século passado [XIX], pela denominação geral de Baixo Timbuhy do Santa Maria do Rio Doce. Posteriormente, cada freguesia ou comunidade surgida às margens desse curso d’água ganhou o nome do respectivo santo entronizado na capela” (BIASUTTI; LOSS, 1999, p. 153).

do aludido abrigo, ressalta o atendimento prestado aos doentes, acometidos por “febres intermitentes e outras enfermidades”, sob os cuidados do enfermeiro trentino Luigi Carlo Tomaselli. Trata-se de um ofício encaminhado pelo engenheiro João de Carvalho Borges Júnior, Inspetor Especial de Terras e Colonização da província, ao Dr. Carlos Alberto Tourinho, médico responsável pelo Núcleo Timbuhy:

Colônia de Santa Leopoldina, Timbuhy, 22 de junho de 1877 – Ilmo. Senhor – Considerando que dora em diante os receituários de vossa senhoria sejam por mim rubricados, ou por quem legitimamente me substituir na direção deste núcleo, na mesma data em que os sobreditos receituários forem entregues aos colonos, que os solicitarem, assim o comunico a vossa senhoria para sua inteligencia e devida execução. Outro-sim, expeça vossa senhoria suas ordens para que o ajudante do enfermeiro Luigi Tomazelli siga com a maior brevidade possível para o *barra-cão*¹⁰, denominado Petrópolis, a fim de encarregar-se do tratamento dos imigrantes atacados de febres intermitentes e de outras enfermidades. Ao referido enfermeiro mandará vossa senhoria parecer pela Pharmacia particular aqui existente uma pequena ambulancia contendo os medicamentos mais indispensáveis cuja conta será oportunamente remettida a esta Directoria para ser paga, depois examinada, devendo nessa ocasião vossa senhoria fazer as mais terminantes recomendações para a fiel observância de suas prescrições médicas, podendo por esse serviço arbitrar ao dito enfermeiro a gratificação diária de dois mil e quinhentos reis [...] durante o tempo que os colonos se demorarem no barracão (APEES. Fundo Agricultura, Livro nº 16, 1877 - 1878).

O incipiente povoado foi, a princípio, chamado de Petrópolis, em homenagem ao imperador D. Pedro II, que governou o Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889). Embora na primeira ata da reunião

¹⁰ O grifo é nosso.

da Intendência Municipal, lavrada a 02 de março de 1891, já se mencionasse o “Districto de Petrópolis”, sua criação oficial ocorreu somente a 24 de dezembro de 1895, sob o governo do espanhol Francisco Villanova (RUSCHI, 1939). O atual nome¹¹, no entanto, foi adotado meses antes, e reflete, obviamente, a tradição católica dos pioneiros.

Em Barracão de Petrópolis formou-se, assim, um reduto italiano composto essencialmente por pequenos agricultores, sobremaneira dedicados à cafeicultura. A partir dos anos de 1880, como já dissemos, lavradores brasileiros passaram a adquirir prazos na região, dividindo com os europeus a árdua missão de desbravar os sertões do Baixo Timbuhy e, também, os mesmos sonhos de prosperidade. Apesar das dificuldades impostas, ora pelo meio natural, ora pela desorganização do governo, tanto imperial quanto republicano, os colonos e seus descendentes espalharam-se pelo vale do rio Santa Maria do Doce e seus afluentes, alcançando, por volta de 1900, as terras que margeiam o rio Doce, no atual município de Colatina (SCALZER, 2015).

De acordo com Silvestro Fritolli¹², na época do ataque, a vila possuía vinte e quatro habitações, sendo doze regulares e doze choupanas (Inquérito policial-criminal, 1897). Logo, tratava-se de um povoado diminuto, cuja sede era habitada por poucas famílias. Já em termos territoriais, o distrito abrangia uma área superior à atual, compreendendo porções de terra que, mais tarde, foram incorporadas a outros distritos, como Santo Antônio do Canaã e São Roque. Não dispomos de dados demográficos especificamente ligados ao distrito de São João de Petrópolis¹³. No tocante à Santa Teresa, o censo federal mais pró-

ximo à Jagunçada (1897) foi realizado em 1900. O levantamento estatístico demonstrou que o município possuía 8.160 habitantes, sendo 4.324 homens e 3.836 mulheres (BRASIL, Censo Demográfico, 1900).

Da apropriação do termo “jagunço”

Segundo o professor e historiador sergipano José Calasans (1970, p. 32), autor de diversas obras sobre a Guerra de Canudos (1896-1897), o termo jagunço, originalmente:

[...] seria a adulteração da palavra portuguesa de origem africana, *zarguncho*, arma de guerra usada pelos cafres. O nome foi aplicado ao possuidor da arma, comprovando Paulo Terêncio a presença de *zarguncho* em autores lusitanos como Camilo Castelo Branco e Antônio Diniz.

Já no que se refere ao significado ou ao emprego do vocábulo jagunço no país, o ilustre pesquisador fez as seguintes considerações (CALASANS, 1970, p. 31):

A palavra jagunço ganhou grande popularidade na década final do século XIX, por ocasião da guerra de Canudos, conflito de caráter messiânico travado no interior do Estado da Bahia, Brasil. O termo já estava dicionarizado, porém ainda não se tornara conhecido em todo o País. Era, apenas, um regionalismo baiano, que Caldas Aulete registrara, na 1ª Edição do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, em 1888, do seguinte modo: “Jagunço – s.m. (brasil.) valentão, guarda-costas de fazendeiro ou senhor de engenho, na Bahia”. O visconde de Beaufaivre Rohan, pouco depois, comentando o texto de Caldas Aulete e acrescentando que a expressão equivalia a capanga, “valentão que se põe ao serviço de quem lhe paga, para ser guarda-costas; acompanhá-lo sempre armado em suas viagens; auxiliá-lo em obter satisfação de quem o ofendeu; e servir-lhe de agente nas campanhas eleitorais” [...].

¹¹ A citação mais antiga que identificamos remonta a 03 de fevereiro de 1895, trata-se de uma compilação registrada no I Livro do Tombo de Santa Teresa (p. 14, verso) pelo padre Marcellino Moroni D’Agnadello.

¹² Italiano, casado, negociante e lavrador, 33 anos.

¹³ Hoje, o distrito possui uma área de 52 km² (INDE, 2020) e uma população de, aproximadamente, 1.600 habitantes (IBGE, 2010). Em 1937, conforme levantamento feito pela Prefeitura Municipal, o distrito possuía 98 km² e 2.625 habitantes (RUSCHI, 1939).

Nos diversos documentos que analisamos sobre a Jagunçada, produzidos tanto pelas autoridades quanto pela imprensa capixaba no final do século XIX, não identificamos qualquer citação ao termo “jagunço”. Os indivíduos que dela participaram foram comumente chamados de: criminosos, bandidos, malfeiteiros, assaltantes, assassinos, salteadores, fácinoras e, até mesmo, tropeiros e ciganos. Explica-se: como vimos, a palavra jagunço só adquiriu popularidade nos meios de comunicação brasileiros após a Guerra de Canudos. O arraial de Belo Monte, erigido sob a liderança de Antônio Conselheiro, foi arrasado no dia 05 de outubro de 1897, pouco menos de um mês antes da ofensiva criminosa ocorrida em São João de Petrópolis. Portanto, os órgãos oficiais e a imprensa capixaba ainda não haviam se apropriado devidamente do termo, em função do curto espaço de tempo que divide o desfecho lúgubre do conflito baiano e a eclosão da Jagunçada de Barracão.

A primeira citação à expressão “jagunços”, relativa aos bandidos que atacaram os moradores de Barracão, remonta a 07 de fevereiro de 1902, e foi feita por Arrigo de Zettiry, alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores da Itália¹⁴. Na ocasião, o diplomata (1902, no prelo) teve a oportunidade de conversar com alguns compatriotas, cujas vidas foram diretamente impactadas pelo conflito:

[Margarida Villaschi Pagani], que assistiu ao assassinato de seu pai [João Villaschi] naquela noite fatal de 1º para 2 de novembro de 1897, desabafou em prantos pela sua dor ainda viva.

Alguém foi chamar o colono Andrea Facchetti, e este com comovente simplicidade, narrou-me sua fuga dramática junto com seus numerosos filhos ainda pequenos, após a meia-noite, através da mata, onde permaneceu escondido por muitos dias; o assalto à casa do delegado de polícia, que, aterrorizado pe-

los muitos ferimentos de faca, e julgado morto por aqueles endemoniados, conseguiu, favorecido pela noite e ajudado pela esposa corajosa, refugiar-se no cafezal. Contou-me também, o assassinato do velho tirolês Giovanni Battista Vivaldi, pai do delegado, e em seguida o incêndio da casa onde foram queimados vivos os dois mineiros que não quiseram se juntar aos *jagunços*¹⁵ e tantos horrores de arrepiar.

O uso do vocábulo jagunço foi consolidado, posteriormente, no opúsculo *Fundação e Fatos Históricos de Santa Teresa*, em 1925, pelo advogado teresense Frederico Müller. Após fazer um relato conciso do ataque, o autor revelou o pânico que tomou conta dos habitantes da Sede (MÜLLER, 2000, p. 61): “Em Santa Teresa corria o boato que os *jagunços*¹⁶ viriam até aqui. Não se conhecia o seu número. Sabia-se, apenas, que eram muitos, cada qual mais terrível e bárbaro”. A invasão à vila felizmente não se concretizou. Todavia, os moradores permaneceram em estado de alerta até o dia 11 de novembro; foi quando, conforme Müller (2000, p. 63): “os soldados [trouxeram] notícias desencontradas, mas dando tranquilidade às famílias. Os jagunços haviam debandado para os lados de Santa Joana” [atual município de Itarana].

Nota-se, a partir dos fatos narrados por Müller, que os teresenses apropriaram-se do termo jagunço dando-lhe um significado diferente do original, apresentado acima por Calasans, Biasutti e Loss (1999, p. 238), ao discorrerem sobre a Jagunçada de Barracão, explanaram tal significado:

Hoje são chamados pistoleiros, matadores... Mas àquela época eram os *jagunços*. E a *jagunçada*, a reunião de jagunços com finalidade criminosa – assaltos com saques, incêndios, destruições... – a lembrar os bandoleiros do Oeste Americano mostrados nos faroestes.

¹⁴ Segundo Derenzi (1974, p. 112), o ministro Prinetti, a 13 de dezembro de 1901, comissionou Zettiry para inspecionar as condições de vida dos colonos italianos no Espírito Santo e em Minas Gerais.

¹⁵ O grifo é nosso.

¹⁶ O grifo é nosso.

Desse modo, para a população local, jagunços eram indivíduos que, organizados em quadrilhas, promoviam incursões criminosas contra povoados situados, muitas vezes, em zonas do interior, onde havia propriedades agrícolas em processo de desenvolvimento e, naturalmente, mais vulneráveis em termos de segurança.

Das causas da Jagunçada: vingança e racismo

Os dilemas enfrentados pelos imigrantes estrangeiros arraigados em Santa Teresa, e nas demais regiões do Espírito Santo, são recorrentes nos livros, romances, dissertações e artigos científicos que tratam do tema. Na visão do professor Luiz Busatto (1990), os principais foram: as matas densas e desconhecidas, as doenças e a desorganização do governo brasileiro. Os colonos, sobretudo nos distritos do interior, situados em zonas mais isoladas, conviviam com a falta de assistência médica, educacional e espiritual. A insegurança era outro problema que os afligia. “O serviço da polícia era muito deficiente, e acontecia que ferimentos e assassinatos não se seguissem de investigações e punições” (GROSSELLI, 2008, p. 379).

Os maiores distúrbios contra a ordem pública teresense ocorreram ao final do século XIX, nos primeiros tempos do regime republicano, época em que Santa Teresa adquiriu autonomia política e jurídica e a cultura cafeeira, em processo de expansão, dava forma ao município. No âmago dessa empreitada colonizatória, imigrantes europeus, mormente itálicos, e cidadãos brasileiros iniciaram novas relações sociais. Não temos dúvidas de que tais relações foram predominantemente cordiais e que ambos se beneficiaram desse inevitável intercâmbio cultural, que fora, inclusive, substancial para a plena adaptação dos europeus a uma nova realidade geográfica. Entretanto, em alguns momentos, este estado de cooperação e tolerância cedeu lugar a cenas de bes-

tialidade potencializadas por disputas políticas e econômicas, diferenças identitárias e insegurança:

[...] apesar da curta distância geográfica de 78 quilômetros entre a capital e Santa Teresa, dada a precariedade das estradas na época, a população interiorana não se encontrava tão próxima física e simbolicamente do centro das decisões políticas e econômicas, para que pudesse influenciar, mas também não tão distante, para que não fosse afetada pelas deliberações que repercutiam no seu cotidiano. É no interno daquele espaço que os diferentes grupos lutavam também para que suas identidades se consubstanciassem e se diferenciassem entre si, possibilitando que brasileiros e imigrantes se distinguissem por aquilo que não eram [...]. Além disso, faz-se necessário ressaltar que essas disputas identitárias comportavam outro conjunto de contendas – situadas nos campos político e econômico, por exemplo. Entretanto, ao atuar simbolicamente no campo imaginário, classificavam-se as relações sociais estabelecidas no interior daqueles grupos, ensejando uma representação que agia no sentido de distinguir entre quem era o nós e quem era o outro (DADALTO, 2017, p. 194).

Identificamos uma série de entreveros ocorridos tanto na Sede quanto no Baixo Timbuhy, envolvendo de um lado os imigrantes de origem europeia e seus descendentes e, do outro, brasileiros¹⁷. As hostilidades alimentaram rivalidades e juras de vingança entre os dois grupos, ao mesmo tempo em que reforçaram um sentimento de mútua proteção entre seus pares.

¹⁷ São roubos, agressões, assaltos, depredações e homicídios relatados pela imprensa capixaba da época, nos jornais *A Província do Espírito-Santo*, *Estado do Espírito Santo* e *Commercio do Espírito Santo*. Em *A Criminalidade em Santa Teresa/ES sob a ótica do antagonismo político-midiático capixaba nos estertores dos oitocentos (1893-1895)*, o professor Francisco Roldi Guariz examina dois eventos criminosos ocorridos na sede municipal, envolvendo imigrantes e brasileiros. O artigo foi publicado no livro *Lugares e Pessoas, Movimentos Migratórios no Espírito Santo* (Rio de Janeiro, Acadêmico Bonecker, 2019).

Posto isto, acreditamos que, às vésperas da Jagunçada de Barracão, havia um clima de animosidade e desconfiança recíproca entre os imigrantes radicados no município e os brasileiros, sejam eles pequenos agricultores ou trabalhadores sazonais.

Todavia, neste paper, nos prenderemos somente aos acontecimentos que, segundo as autoridades responsáveis pela investigação e os depoentes arrolados no inquérito policial, foram determinantes para a deflagração dos crimes incursos na Jagunçada de Barracão. As causas do conflito serão analisadas sob duas perspectivas principais, a saber: vingança e racismo.

Em 1897, a população de São João de Petrópolis não pôde dedicar aos seus entes queridos as tradicionais preces e orações ligadas ao Dia de Finados, celebrado em 02 de novembro. O culto católico realizado em honra à memória dos mortos foi suspenso em função de uma chacina que vitimou, ao todo, oito pessoas, no episódio mais sangrento da história do município de Santa Teresa – a Jagunçada de Barracão. Mais de cento e vinte anos depois deste trágico evento, algumas questões ainda não foram devidamente respondidas. Ao longo deste trabalho, tentaremos elucidar tais dúvidas, apresentando uma visão pormenorizada do contexto que marcou a violenta investida dos jagunços ao distrito de São João de Petrópolis.

A primeira questão a ser discutida, refere-se às causas do ataque. Afinal, que fatores se coadunaram para a eclosão da Jagunçada? Em meados de 1897, o negociante de fumos José Sardinha, natural de Minas Gerais, foi morto em Barracão. O chefe de polícia Sérgio Loreto¹⁸ não relatou as circunstâncias em que o crime ocorreu. Tampouco citou o nome do assassino

¹⁸ Natural de Águas Belas, Pernambuco. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (PE), em 1892. Após a conclusão do bacharelado, mudou-se para o Espírito Santo a convite do irmão Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto, então chefe de polícia do Estado, assumindo a Promotoria da Comarca de Santa Leopoldina. Mais tarde, assumiu o governo do município de Santa Leopoldina. A 17 de outubro de 1897, foi nomeado Chefe de Polícia do Espírito Santo, permanecendo no cargo até sua exoneração, decretada a 20 de janeiro de 1900; para que assumisse o cargo de Procurador Geral do Estado.

que, ao que parece, era um membro da comunidade italiana instalada no distrito.

No início de outubro, outro mineiro, chamado João Rodrigues, pereceu na vila, vítima de arma de fogo. O acusado era um “italiano”, mais tarde identificado pelo nome de “Biazzo”¹⁹. Segundo Antônio Tironi²⁰, no dia do crime:

[...] o comercio estava fechado devido ter elle João Rodrigues, desde o meio dia até a hora em que foi assassinado, ter ameaçado de garrucha e facão á todos os negociantes e mais pessoas do lugar. Que elle depoente aconselhou a João Rodrigues que se retirasse e deixasse de insultar ao povo do Barracão, que João Rodrigues a nada attendia, que parecia que João Rodrigues, que não vinha a povoação ha muito tempo, tinha vindo de propósito n'aquele dia para provocare assim dando razão a qualquer desforço que por ventura fosse tirado contra elle, as pessoas que segundo se suspeita mandaram-no praticar taes desacatos tivessem motivos para desfestiar a população do Barracão de Petropolis (Inquérito policial-criminal do ano de 1897. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, cx. nº 78, catalogado sob nº 1414).

O subdelegado José Luiz Vivaldi²¹, devido à falta de provas, arquivou ambos os casos. O major coman-

¹⁹ Ao ser questionado, pelo delegado Henrique Cancio Ribeiro, sobre a identidade do assassino de João Rodrigues, Silvestro Fitolli respondeu, evasivamente, tratar-se de um “italiano” (Inquérito Policial, 1897, p. 8). A 16 de novembro, o major comandante interino afirmou que o tal italiano chamava-se Biazzo (Estado do Espírito Santo. Vitória: 18 nov. 1897, nº 270, p. 2).

²⁰ Italiano, casado, professor público e escrivão distrital de Barracão de Petrópolis, 33 anos.

²¹ Natural de Matarelli, Trento. Aportou na costa capixaba em 27 de dezembro de 1875, aos 14 anos de idade. A 16 de maio de 1889, naturalizou-se cidadão brasileiro. Em 1890, foi designado fiscal da vila de Santa Teresa e Petrópolis (MÜLLER, 2000). Sua nomeação à subdelegacia de polícia ocorreu, provavelmente, em 1892. A 17 de maio de 1893 foi nomeado capitão da Terceira Companhia do Quinto Batalhão da Guarda Nacional.

dante interino Joaquim Barbosa dos Santos, que esteve em Barracão no dia 08 de novembro, relatou a frustração dos mineiros, amigos e parentes das vítimas, com o desfecho das investigações. Para eles, os inquéritos dirigidos por Vivaldi não passavam de embustes, cujo propósito era acobertar e proteger os autores dos crimes, livrando-os assim de qualquer culpa:

Tendo sido assassinado em um dos dias do mês de outubro último o mineiro de nome João Rodrigues, compareceram ao seu enterramento, cerca de cinquenta mineiros (mais ou menos) que pediram à autoridade policial do Barracão de Petrópolis, capitão Vivaldi, a punição para o assassino que apontavam ser o italiano Biazzo, a fim de não ficar impune tão bárbaro crime, como muitos outros até então praticados. A autoridade policial procedeu ao inquérito, e não coube a culpabilidade à pessoa indicada, ficando desconhecido o autor do referido crime. Dias depois os mineiros que acompanharam o cadáver de João Rodrigues, reunidos, procuraram tirar um desforço do crime citado por terem sabido que a referida autoridade dissera: – “que quem matava um brasileiro era mesmo que matar um porco” (Estado do Espírito Santo. Vitória: 18 nov. 1897, nº 270, p. 2).

Fica evidente, portanto, que a Jagunçada foi provocada pela morte de dois mineiros, cujos assassinatos ficaram impunes. Conforme Loreto, após a morte de Rodrigues, o capitão José Luiz Vivaldi percebeu “uma certa inquietação nos espíritos e rumores de vinganças contra si, [...] solicitando finalmente sua exoneração, que obteve em meados de outubro, sendo nomeado para substituí-lo o cidadão Nascimento Corrêa de Andrade” (Estado do Espírito Santo. Vitória: 11 dez. 1897, nº 290, p.1).

Entretanto, as desavenças entre os moradores de Barracão de Petrópolis e os mineiros implicados no ataque ao distrito não eram recentes. As intrigas entre eles começaram a se configurar, pelo menos, desde 1894. Em seu depoimento à polícia, Tironi re-

lembrou dois incidentes envolvendo o mineiro José Rodrigues dos Santos²², vulgo Zé Calhau, e o subdelegado Vivaldi.

Em 1894, durante a realização das eleições federais, José Calhau e Missias, a frente de um grupo numeroso e bem armado, ameaçou invadir Barracão. Por sorte, a ameaça não foi levada a efeito, tendo o pleito sido realizado em paz.

No ano seguinte, por ocasião de uma festa religiosa, os mesmos homens, “armados de garruchas, facas e cacetes” adentraram na vila com o intuito de “de desfestiar o povo d’aquele lugar” (Inquérito policial-criminal, 1897). Houve um princípio de confusão entre eles e os policiais exigiram que o bando entregasse suas armas. Graças a Vivaldi, a situação foi contornada e o confronto novamente evitado. Além dos crimes e dos desentendimentos acima apresentados, extraídos das fontes oficiais, a tradição oral nos permitiu vislumbrar outra possível causa para a Jagunçada – o racismo²³.

Em entrevista ao jornal capixaba *A Tribuna*, de 16 de novembro de 2008, a dona de casa Maria Auxiliadora Vivaldi Tononi, bisneta de José Luiz Vivaldi, disse que o capitão era um homem muito racista, sentimento compartilhado por outros ítalo-brasileiros da época. E, ao refletir sobre o assunto, ou seja, sobre a discriminação racial que, até os dias de hoje, atinge muitos homens e mulheres negros no país, afirmou que – “É importante mostrar este fato histórico triste [a Jagunçada] para que ele jamais volte a se

22 Segundo Loreto, “o chefe dos bandidos foi José Rodrigues dos Santos, vulgo José Calhau, proprietário de uma situação na serra de Santa Julia [distrito de São Roque do Canaã], duas horas distante da povoação, pardo claro, cabelos afogueados, nariz grosso, barba fechada, olhos agateados, estatura regular, vindo há uns seis ou sete anos do lugar Itinga, em Minas” (Estado do Espírito Santo. Vitória: 11 dez. 1897, nº 290, p. 2).

23 Para Biassuti e Loss (1999), o racismo foi a tônica que justificou as ações perversas de Zé Calhau e seus asseclas, e no epicentro desta problemática social se sobressaíam dois personagens: Vivaldi, escravagista e racista extremado; e Zé Calhau, negro e abolicionista de primeira hora.

repetir. A discriminação racial é uma coisa absurda e intolerável" (A TRIBUNA. Vitória: 16 nov. 2008, p. 22.).

Para o mestre de obras aposentado Francisco Paulo da Silva, neto de João Paulo da Silva²⁴, o racismo foi, indubitavelmente, uma das razões do conflito. Durante a conversa, ele lembrou-se de um episódio narrado pelo pai, no qual um grupo de italianos fez um sorteio para ver quem atiraria num indivíduo negro que havia apeado num bar em Barracão. O atirador fez pontaria e matou o homem negro. Ele, ou um de seus companheiros, teria dito o seguinte após o disparo: "é assim que se derruba um macaco". Depois, ao ser questionado sobre as razões que, possivelmente, provocaram o assassinato de seu avô, ele respondeu:

Não havia nenhum motivo para os bandidos o matarem. No dia em que morreu, meu avô estava participando de um jogo de cartas em Barracão. Ele levou um tiro próximo à espinha enquanto tentava se esconder atrás de um balcão, e foi parar debaixo de um tronco nas proximidades do cemitério, onde foi encontrado sem vida pela manhã (Silva, 2011).

O lavrador Ayres Perini, neto de José Perini²⁵, também acredita que o racismo figura entre os motivos da Jagunçada. Ao buscar na memória os acontecimentos que ouvira durante a infância, ele recordou-se de uma frase proferida por ítalo-descendentes, representativa do preconceito outrora vigente; e afirmou: "os italianos não gostavam dos pretos, e quando viam um diziam—esquia que macaco, dá um tiro na cabeça dele" (PERINI, 2012).

Os colonos italianos que se mudaram para as terras capixabas não conheciam populações de ori-

gem negra, e os negros que eles conheceram eram seres humanos recém-libertos, após séculos de trabalho forçado e de abusos por parte dos brancos. Após os primeiros contatos, que segundo o sociólogo trentino Renzo Grosselli causaram um misto de espanto e curiosidade, a separação entre brancos e negros nas comunidades italianas tornou-se corriqueira:

Geralmente os negros abstinham-se de frequentar as comunidades italianas e alemãs. Em alguns casos (não muitos, na verdade), a reação dos camponeses italianos era violenta. Ouvimos muitas vezes falar de um vale [São João de Petrópolis] habitado por trentinos e vênetos em que os negros podiam entrar, mas não podiam sair. Diz-se que muitos foram mortos. Contam-se também detalhes aterrorizantes.

[...] A dificuldade daquela vida, o isolamento e a falta da autoridade de tutores da ordem haviam tornado o lugar bastante "efervescente" (GROSSELLI, 2008, p.453).

Em *A reprodução do racismo*, o professor Karl Monsma discute as relações de convivência entre fazendeiros, negros e imigrantes em São Carlos, no oeste paulista, no período de 1880 a 1914. Apesar das diferenças que dividem os dois municípios, inclusive no que tange aos propósitos que legitimaram as políticas de imigração para os mesmos²⁶, podemos observar, na obra de Monsma, alguns elementos que nos ajudam a entender a construção das relações interraciais em Santa Teresa. Segundo ele, embora representações negativas de negros certamente circulassem na Itália e em outros países europeus, os camponeses italianos, a maioria dos quais era anal-

²⁴ Mineiro, casado, carpinteiro, 40 anos.

²⁵ Italiano, sapateiro, 28 anos. Assassinado pelos jagunços na povoação de Barracão de Petrópolis. Era casado com a italiana Virgínia Bordin, natural de Údine. O casal teve quatro filhos. O caçula, Victorio Perini, tinha apenas seis meses de idade quando da morte do pai. O fato foi narrado por um dos filhos de Victorio, o senhor Ayres Perini, entrevistado a 27 de março de 2011.

²⁶ "Os [imigrantes] que chegaram ao Brasil eram recrutados para trabalhar nas grandes fazendas cafeeiras da região Sudeste. Mas, no Espírito Santo, foi diferente. A imigração ali não buscou substituir a mão de obra escrava, mesmo porque a introdução dos escravos ocorreu tardivamente, na época em que o processo abolicionista já estava em curso. O que se queria era fixar famílias de agricultores para povoar os espaços vazios, além de dinamizar a economia" (CASTIGLIONI, 2011, p. 36).

fabeta, nunca haviam visto negros antes e aparentemente não haviam internalizado essas representações profundamente (MONSMA, 2016, p. 239).

Considerando que todo imigrante também é emigrante, e, muitas vezes, a nacionalidade do emigrante se reconfigura como identidade étnica no país de imigração, à medida que se descobriam como etnias, os colonos italianos, para os quais a corteira pouca importância antes da mudança para o país, assumiam a identidade racial de brancos, porque encontraram no Brasil um contexto altamente racializado (MONSMA, 2007, p 113). Portanto, foi só com o passar do tempo que uma cultura racista se consolidou entre os imigrantes no país, e a internalização do *habitus racial* brasileiro pode ter contribuído, indelevelmente, para a deterioração das relações sociais na comunidade de São João de Petrópolis e, por conseguinte, à Jagunçada de Barracão.

A investida jagunça

A onda de ataques perpetrada pelos jagunços teve início no dia primeiro de novembro, por volta das 23h30, com a invasão à residência da família Vivaldi, em São João de Petrópolis; e se estendeu até a manhã do dia 03 do corrente, com o assassinato de dois trabalhadores mineiros na propriedade do italiano André Facchetti. Abaixo, reconstituiremos os passos dos jagunços e o rastro de destruição e mortes provocado pela quadrilha sob a liderança de José Rodrigues dos Santos, o Zé Calhau.

Após a morte do tropeiro João Rodrigues, em outubro de 1897, Zé Calhau voltou para Minas jurando vingança. Os boatos logo se espalharam. O delegado de Santa Teresa, Francisco Thaumaturgo de Faria, realizou buscas na tentativa de identificar grupos armados nas cercanias de São João de Petrópolis, porém, nada de suspeito foi encontrado. A investigação foi reportada ao chefe de polícia, que reconheceu os esforços empreendidos pelo delegado para averiguar os rumores de uma possível invasão ao povoado:

[...] o referido delegado por ofício de 21 de outubro deste anno me comunicara haver feito essa diligencia e que, segundo informações insuspeitas e entre estas o major Francisco Nunes do Amaral Pereira, 2º suplente do juízo de direito, residente no logar Santa Julia, voltara convencido de que o falado assalto não se realizaria, que os boatos eram infundados, não encontrando grupo algum e nem tambem o individuo José Rodrigues dos Santos, conhecido por José Calhau, apontado como chefe desse grupo (Estado do Espírito Santo. Vitória: 11 dez. 1897, nº 290, p. 1).

Entretanto, os bandidos foram meticulosos e conseguiram enganar tanto as autoridades quanto os moradores de Barracão. Depois de uma série de boatos temerários desmentidos, eles julgaram que as ameaças jamais se concretizariam. O isolamento geográfico e a abundante cobertura florestal nativa devem ter contribuído para que Zé Calhau e seus homens penetrassem no território teresense sem serem notados. Além disso, o mineiro conhecia bem a região, pois possuía uma propriedade em Santa Júlia. O bando, conforme dados levantados pelo chefe Loretto, era formado por cerca de trinta e cinco homens.

No limiar de novembro, o capitão Vivaldi, que havia se desligado da subdelegacia de polícia do distrito em meados de outubro, acreditava que os rumores propalados na localidade, sobre um ataque iminente, já não faziam sentido: “Obtendo sua exoneração de subdelegado depois de alguma insistência, voltou alguns dias após para a sua situação, supondo que com essa exoneração desaparecera o motivo de qualquer desacato a sua pessoa ou a vingança de que se falava” (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: 11 dez. 1897, nº 290, p. 1). É possível que ele também duvidasse da capacidade de Calhau em articular um ataque contra si e contra a povoação. Especulações a parte, o fato é que Vivaldi estava completamente vulnerável quando Calhau pôs em prática seu plano de vingança. Os jagunços penetraram facilmente em sua residência, pois o sobrado, recém-construído, não

possuía portas instaladas no primeiro pavimento. O capitão estava em seu quarto, e não teve tempo para esboçar uma reação. Além dele, sua esposa, a italiana Vittoria Fadini, e os quatro filhos do casal estavam em casa no momento da invasão. Ao perceberem a presença do grupo de assaltantes, formado por José Calhau, João Modesto, Vicente Capuchinho, Romão de tal, Antônio Barros e Messias de tal, eles tentaram protegê-lo, dificultando a ação do bando. Os jagunços não agrediram os familiares do capitão que, uma vez expulsos do sobrado, se esconderam nas proximidades do mesmo à espera de um desfecho dramático ou de um milagre. Quanto a Vivaldi, ele foi brutalmente espancado com socos, chutes e punhaladas. Convicto de sua morte, um dos agressores aproximou-se para decepar-lhe uma orelha, quando, subitamente, Vivaldi desviou-se do golpe. Diante de reação tão inesperada, Zé Calhau aproximou-se, apontou uma arma em direção ao seu rosto e atirou. Em seguida, os jagunços saquearam o imóvel e retiraram-se,creditando que a primeira parte do plano fora cumprida com êxito. Entretanto, estavam enganados, pois o capitão sobreviveu ao disparo, que mascou sem que o atirador percebesse. Ferido e confuso, Vivaldi deixou a residência jogando-se da janela do quarto do segundo pavimento do sobrado, onde fora espancado. Depois, amparado pela mulher, foi levado até um abrigo rochoso situado nas imediações, onde ela ministrou-lhe os primeiros socorros²⁷. Na noite do cerco à casa da família, o trentino João Baptista, patriarca da família Vivaldi, estava na residência do inspetor de quarteirão Izidoro Antônio da Silva, seu genro, onde seria morto a tiros, aos 63 anos.

Após deixarem a propriedade da família Vivaldi, o bando se dirigiu à casa comercial de João Pagani²⁸. Lá havia uma pequena força montada para

²⁷ Informação fornecida pela senhora Maria Auxiliadora Vivaldi Tononi, em 15 de setembro de 2010. Surpreendentemente, José Luiz Vivaldi resistiu, e a despeito dos vários golpes sofridos, viveu ainda durante muitos anos, vindo a falecer em 26 de dezembro de 1939, aos 83 anos.

²⁸ Italiano, casado, negociante, 30 anos. Sua residência foi construí-

repelir uma possível ofensiva dos jagunços. Entre os homens que a formavam, estavam Nascimento Corrêa de Andrade, o novo subdelegado do distrito, e o imigrante vêneto Giuseppe Benetti²⁹, que viera para o estado a 10 de março de 1895. Por volta de meia-noite e meia do dia 02 de novembro, convencidos de que as ameaças não se efetivariam, os homens ali reunidos baixaram armas, uns foram dormir, enquanto outros se distraíam com jogos lícitos. Porém, estavam equivocados, pois, repentinamente, a “casa foi cercada pelos ditos mineiros e metralhada horrorosamente, penetrando as balas pelas portas, pelas janelas e pelas paredes que são muito finas” (Inquérito policial-criminal, 1897). Os tiros atingiram o lavrador João Frechiammi e o inspetor de quarteirão Izidoro Antônio da Silva, que sobreviveram à arremetida.

Logo a seguir, a quadrilha efetuou vários disparos contra a casa de Antônio Tironi. Sua sogra, cujo nome não foi revelado, foi atingida no braço, sendo a única mulher ferida pelos criminosos. Os desordeiros então decidiram regressar à casa comercial de João Pagani. O imóvel foi depredado e roubado e, escondido sob alguns arreios, encontraram e mataram o italiano Giuseppe Benetti, a primeira vítima fatal do bando.

Na sequência, o grupo seguiu para a povoação, onde assassinaram os italianos João Baptista Vivaldi e José Perini, o mineiro João Paulo da Silva e o capixaba João vulgo que não pode³⁰, empregado da família Galimberti. E, antes de deixarem a vila, incendiaram o cartório da Subdelegacia de Polícia, cujo escrivão era Tironi, destruindo todos os documentos ali guardados³¹.

da em terras que, atualmente, pertencem ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campus Santa Teresa.

²⁹ Benetti, como será revelado adiante, foi a primeira pessoa assassinada pelos bandidos. Preservamos seu nome original, pois ele ainda não havia obtido a cidadania brasileira.

³⁰ Loreto referiu-se a ele de modo desrespeitoso: “tocador de tropas, imbecil, desconhecido pelos próprios patrões Galimberti” (Estado do Espírito Santo, Vitória: 11 dez. 1897, nº 290, p. 2).

³¹ “Como efeito histórico da chacina, quem pretender certidões do

A caminho para 25 de Julho, os jagunços invadiram a residência do lombardo João Villaschi, sogro de João Pagani, e o mataram na manhã do dia 02. Já na comunidade, almoçaram na propriedade do suíço João Sebastião Volkart³², casado com a imigrante germânica Marta Emalina Adelaida Schimith Volkart. Adiante, se dirigiram à casa do lavrador e comerciante luxemburgoês Miguel Gonring, a quem espancaram covardemente.

Em entrevista ao jornalista Rogério Medeiros, o ex-fabiano Vicente Gonring, neto da vítima, afirmou que, alguns dias antes da agressão, Miguel e Marta discutiram durante um jantar oferecido na residência da família Volkart. Para ele, a sova infligida a Miguel foi uma resposta à afronta sofrida por Marta, mulher de personalidade forte e temperamental, cuja história, contada pelos que a conheceram ou souberam de sua existência por terceiros, oscila frequentemente entre a verdade e a fantasia³³ (MEDEIROS, 1997, p. 99).

Ainda que Vicente não tenha registrado a época em que a agressão ocorreu, acreditamos que o fato narrado corresponda à data em que seu avô foi agredido pelos jagunços – 02/11/1897. Não há nenhuma prova ou evidência contundente da participação dos Volkart na série de crimes praticada pelos jagunços; inclusive no que se refere ao atentado sofrido por Miguel Gonring. Todavia, dadas as circunstâncias, não é difícil supor que eles conhecessem os planos dos jagunços ou, ao menos, parte deles.

Na manhã do dia 03, a sequência de crimes seria encerrada com os assassinatos dos mineiros Cassiano Germano da Motta e Elias de Souza Pimenta,

Cartório de Registro Civil do Distrito de São João de Petrópolis sentiu-se frustrado se o ato procurado for de data anterior à Jagunçada. Porquanto foram queimados todos os livros anteriores a essa data" (BIASUTTI; LOSS, 1999, p. 242).

³² Era irmão de Alberto Sebastião Volkart, presidente municipal de Santa Leopoldina à época em que Santa Teresa foi emancipada.

³³ Os dados relatados por Vicente foram confirmados, por e-mail, pelo escritor José Irmo Gonring, bisneto de Miguel. Para ele, a vida de Miguel foi poupadaporque, anos antes, quando um dos líderes dos jagunços chegou à região, possivelmente extenuado pela viagem, pediu comida em sua casa, e foi prontamente atendido.

que, no momento, estavam trabalhando na construção de benfeitorias na propriedade de André Facchetti. A refrega entre os dois operários e os jagunços foi documentada pelo chefe Loreto:

[...] Fachetti [ao avistar os jagunços] fugiu incontinenti em companhia da mulher e dos seus dez filhos, refugiando-se atrás de uma pedreira próxima, Cassiano e Elias ficaram na casa do moinho, junta à residencia. Esses dous individuos pretenderam resistir e chegaram a disparar alguns tiros, que feriram José Calhau numa perna, Manoel Sardinha na cabeça e João Modesto em logar que não souberam me informar³⁴ (Estado do Espírito Santo. Vitória: 11 dez. 1897, nº 290, p. 1).

Ainda de acordo com Loreto, os jagunços, apesar dos ferimentos sofridos por Calhau e outros dois membros do grupo, tentaram invadir a casa do negociante prussiano Miguel Rodnitzky, onde um irmão de Romão de tal, um dos atacantes, fora assassinado há alguns anos. Mas, desta vez, eles foram repelidos por uma força comandada pelo tenente Bueno, composta por oito praças e doze cidadãos que voluntariamente se incorporaram à tropa. Os jagunços então debandaram e, poucos dias depois, penetraram no estado de Minas Gerais.

Destarte, a Jagunçada foi marcada pela morte de oito pessoas. Quatro eram procedentes da Itália: Giuseppe Benetti, João Baptista Vivaldi, José Perini e João Villaschi. E as outras quatro eram brasileiras natas – o capixaba João vulgo que não pode e os mineiros João Paulo da Silva, Cassiano Germano da Motta e Elias de Souza Pimenta. Dentre os feridos, temos a sogra de Antônio Tironi, provavelmente natural da Itália; os italianos José Luiz Vivaldi e João Frecchiami;

³⁴ Müller (2000), sem precisar seus nomes, anotou que onze pessoas perderam a vida durante o fatídico ataque ao distrito de Barracão. No entanto, como apuramos, o número de vítimas fatais foi oito. Estaria ele contabilizando os homens feridos neste duelo? Sabemos que Calhau resistiu ao ferimento sofrido, mas não encontramos qualquer referência aos comparsas baleados.

e o brasileiro Izidoro Antônio da Silva. Com exceção da sogra de Tironi, eles foram encaminhados à canônica de Santa Teresa, onde ficaram sob os cuidados do médico suíço João Emílio Häussler.

Das ações do Governo e da Polícia

Na madrugada do dia 06 de novembro, o major comandante interino Joaquim Barbosa dos Santos, à frente de um oficial, vinte e cinco praças e um inferior, deslocou-se de Vitória com destino à comunidade de São João de Petrópolis, a fim de efetuar as investigações e capturar os criminosos. A 08 de novembro, os agentes alcançaram a povoação. Entretanto, o inquérito não pôde ser instaurado, pois o risco de novas represálias fez com que muitos moradores abandonassem o distrito. Eis o cenário apresentado pelo major: “todas as casas achavam-se abandonadas, saqueado o commercio e com principio de incêndio a casa que servia de subdelegacia policial e escola publica” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: 18 nov. 1897, nº 270, p. 2).

Na manhã do dia seguinte, Barboza saiu em perseguição aos jagunços, tendo atravessado Santa Júlia, Boa Família (Itaguaçu) e Santa Joana (Itarana), onde estacionou a força no dia 10. Durante a diligência, ele obteve informações fidedignas de que os assassinos haviam seguido para Minas Gerais, procurando sempre passar pelos lugares menos povoados.

A 12 de novembro, Barboza regressou ao distrito de São João de Petrópolis e, mais uma vez, não logrou êxito ao tentar abrir o inquérito policial, haja vista que os moradores, abalados e temerosos, ainda não haviam retomado o curso de suas atividades cotidianas.

Coube, então, ao delegado Henrique Cancio Ribeiro instaurar o referido inquérito policial. Assim, a 22 de novembro, os cidadãos Antônio de Araújo Aguirre, Silvestro Frittoli, Antônio Tironi, Paulo Júlio de Mello³⁵ e João Pagani compareceram à Secretaria

de Polícia de Vitória para serem interrogados. No que diz respeito às questões levantadas pelo Dr. Ribeiro e aos pontos de vista revelados pelos depoentes, salientaremos alguns aspectos comuns, quais sejam:

O delegado perguntou às testemunhas se os crimes derivavam de rivalidades entre brasileiros e estrangeiros. A hipótese foi refutada pelos mesmos, que sustentaram que as atrocidades cometidas pelos jagunços foram decorrentes da morte do mineiro João Rodrigues, cerca de um mês antes da chacina, e de outros desentendimentos ocorridos alguns anos antes, na versão de Tironi. Certamente, Ribeiro tinha informações sobre as brigas ocorridas entre brasileiros e italianos em torno da *Questão dos Protocolos Italianos*,³⁶ em agosto de 1896, que resultaram em mortes, ferimentos, prisões e no assalto à redação do jornal *Fanfulla*, provocando um impasse diplomático entre as autoridades brasileiras e italianas. Logo, era preciso averiguar e esclarecer qualquer indício que pudesse, novamente, afetar as relações entre os dois países. Ademais, o governo italiano, desde julho de 1895, havia proibido a emigração de seus súditos para o Espírito Santo, devido a uma série de denúncias documentada pelo cônsul Carlos Nagar³⁷:

Para Aguirre, os jagunços não agiram espontaneamente, de modo que suas ações teriam sido ditadas por um chefe oculto, cuja identidade não foi cogitada no inquérito. A mesma opinião foi compartilhada por Frittoli, que afirmou – “que os factos verificados no Barracão de Petrópolis não se originaram de rivalidades entre nacionais e estrangeiros e que os malfeiteiros não passaram de instrumentos de terceiros para vinganças pessoais ou represálias” (Inquérito policial-criminal, 1897);

³⁶ *Protocolos Italianos* foi o nome como ficaram conhecidos, no Brasil, os acordos diplomáticos entre o país e a Itália para solucionar reclamações de imigrantes residentes no território nacional, que previam o pagamento de indenizações aos reclamantes (SILVA, 2018, p. 16).

³⁷ O relato feito por Carlos Nagar, cônsul italiano em Vitória, está disponível para download no link da Coleção Canaã <<https://ape.es.gov.br/colecao-canaa>>, do APEES.

35 Advogado, solteiro, pernambucano, 27 anos.

E, como percebeu Dadalto (2017, p. 198), também no inquérito é reveladora a intencionalidade de todas as testemunhas em assegurar que o capitão Vivaldi era um eleitor e estimado.

O inquérito foi, mais tarde, assumido pelo chefe de polícia Sérgio Loreto, que a 26 de novembro dirigiu-se para a comarca de Santa Teresa. Nos dias 30 de novembro e primeiro de dezembro, ele fez os primeiros interrogatórios na sede do município e, no dia 02, seguiu para o distrito de Barracão de Petrópolis. A partir das informações que coletou ao longo de sua diligência, Loreto referendou o que o delegado Henrique Cancio Ribeiro, que o precedeu nas investigações, levantou em seu interrogatório – que os crimes praticados em Barracão “não tiveram por movel rivalidades entre brasileiros e estrangeiros e muito menos entre nacionais e italianos” (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: 18 nov. 1897, nº 290, p. 1). Na visão do chefe de polícia, a Jagunçada foi provocada pelas mortes de José Sardinha e João Rodrigues e pela imperícia e parcialidade com que o subdelegado Vivaldi cuidou da análise de tais crimes.

Antes de regressar a Vitória, Loreto confiou ao alferes Joaquim Ferreira de Oliveira Maggioli, nomeado subdelegado em comissão do distrito de Barracão de Petrópolis, um contingente militar formado por 18 praças, com o intuito de assegurar a manutenção da ordem pública nas áreas conflagradas.

Em 1898, Maggioli, ao lado do delegado local, coordenou uma operação policial em Rio Pardo (atual município de Iúna, no Caparaó capixaba) onde capturou os indivíduos Calixto Luiz de Carvalho e Félix Pereira Cândido, os quais foram pronunciados na comarca de Santa Teresa pelos crimes cometidos no distrito de Barracão de Petrópolis. A 30 de setembro, eles foram interrogados pelo chefe de polícia Sérgio Loreto. Os réus afirmaram que foram coagidos, pelo próprio José Calhau, a integrarem o bando, caso contrário seriam retaliados (Auto de Perguntas, 1898). No início de março de 1899, o juiz de direito da comarca de Santa Teresa enviou um ofício ao chefe de polícia requisitando o envio dos prisioneiros, detidos

em Vitória, ao município, onde seriam submetidos a júri popular em 13 do corrente. Carvalho foi condenado a trinta anos de reclusão, enquanto Cândido recebeu uma pena muito mais branda, de apenas um ano e dois meses de cárcere (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: 18 mar. 1899, nº 63, p. 1).

Em meio às ações realizadas pelas autoridades, surgiram críticas quanto à postura dos policiais. A 24 de abril de 1898, o delegado Francisco Thaumartugo de Faria, em nota publicada no jornal *Estado do Espírito Santo* (nº 94, p. 02), repudiou uma matéria publicada no *La Veloce d'Italia*³⁸, a 02 do corrente, na qual o autor afiançou que a polícia, em Barracão de Petrópolis, “ávida por sangue e dinheiro”, estava agindo pior que os próprios bandidos. O correspondente, segundo Faria, ainda incitava os italianos residentes no país a reagirem contra as violências sofridas, porque maculavam os sagrados sentimentos de nacionalidade do povo italiano. Em sua defesa, o delegado assegurou que jamais alimentou ódios entre nacionais e estrangeiros e tampouco fez distinção entre os mesmos no cumprimento de seus deveres profissionais. A réplica de Faria nos permitiu apurar o desfecho do crime que serviu de base para a Jagunçada – a morte do mineiro João Rodrigues, ocorrida em outubro de 1897:

Si prender e punir um assassino ou ladrão da Itália, si o facto de promover a prisão e a punição de Biaggi Pessi³⁹, autor da morte de João Rodrigues, Carlos Roover, assassino de João [?], João e José Colli, que tentaram contra a vida de Joanna Trez e outros – é uma violência ou uma perseguição aos italianos, no entender daquelle correspondente e daquelle redactor – então podem ficar certos de que eu os

³⁸ Jornal italiano publicado no Rio de Janeiro.

³⁹ O grifo é nosso. A identidade do assassino de João Rodrigues foi, enfim, esclarecida. Biaggio Pesci, natural da província de Mântua, desembarcou no Espírito Santo em 09 de dezembro de 1876, aos sete anos de idade, com destino a Santa Leopoldina (APEES. Projeto Imigrantes. Disponível em: <<http://imigrantes.es.gov.br/lmigra.aspx>>. Acesso em: 15 de jun. 2018).

perseguirei sem tregos, succeda o que succeder (Estado do Espírito Santo, 24 abr. 1898, nº 94, p. 2).

O tratamento dispensado pela polícia aos moradores de Barracão de Petrópolis foi documentado por Arrigo de Zettiry em sua breve passagem pelo distrito, a 07 de fevereiro de 1902. O diplomata, como vimos, dialogou com compatriotas que tiveram suas vidas marcadas pela tragédia, como a imigrante lombarda Margarida Villaschi Pagani. A partir dos depoimentos colhidos, Zettiry não teve dúvidas quanto à truculência da polícia:

Entendo a insistência daqueles bons colonos em confirmar que não possuem nenhuma garantia de suas vidas nem de seus bens, porque os soldados que, naquele trágico acontecimento, eram comandados por um oficial que não ousava avançar para protegê-los, cometaram outras barbaridades. Os colonos, não querem explicar muito sobre o acon tecido, por medo de comprometerem-se, mas o que falaram já foi o suficiente para me convencer (ZET TIRY, 1902, no prelo).

A ampla repercussão concedida pela imprensa brasileira⁴⁰ à chacina ocorrida em São de Petrópolis, associada às cobranças feitas pelo governo italiano, que exigiu das autoridades capixabas o esclarecimento dos fatos, fez com José Calhau se tornasse um dos criminosos mais procurados do Espírito Santo. Seu destino foi, enfim, selado no dia 11 de abril de 1899, durante uma operação policial realizada pelo subdelegado Apolinário José d’Oliveira, em Itarana. Houve uma troca de tiros e, na contenda, Calhau foi morto (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: 09 abr. 1899, nº 81, p. 2).

O governo estadual, por fim, conseguiu provar às autoridades italianas que os conflitos ocorridos

no interior de Santa Teresa não se tratavam de crimes de xenofobia, mesmo porque, com exceção de Benetti, todos os demais italianos, assassinados ou feridos, haviam se naturalizado brasileiros. E, a 17 de outubro de 1899, foi sancionada a lei estadual nº 325, que concedeu, gratuitamente, 25 hectares de terras às viúvas dos homens vitimados pelos jagunços, para os quais o sonho de “fazer a América”, ou de melhorar de vida no interior do Espírito Santo, foi drasticamente interrompido.

Conclusão

Em 1872, a província do Espírito Santo possuía 82.137 habitantes, dispersos de forma irregular ao longo do território (BITTENCOURT, 1987). A grande maioria das pessoas vivia em uma estreita zona ao longo da costa, com destaque para os municípios de Vitória, Itapemirim, Benevente (Anchieta) e Santa Cruz (Aracruz). Fora da área litorânea, mas não muito distante da mesma, sobressaíam-se Viana, em cujo território foi implantada a colônia de Santa Izabel (1847), Cachoeiro de Itapemirim, importante polo cafeeiro do sul da província, e as colônias de Rio Novo (1855) e Santa Leopoldina (1857). Logo, era premente incentivar a povoação de extensas áreas, ainda desabitadas, do território espírito-santense e, dessa forma, inseri-las na dinâmica da produção cafeeira, que promoverá a modernização da província após séculos de estagnação. Assim, nasceu Santa Teresa, na região serrana do Espírito Santo, a partir das políticas de fomento à imigração europeia, instituídas pelo Império, no último quartel do século XIX.

O município foi ocupado por imigrantes de diferentes partes da Europa, com o predomínio maciço de camponeses da Itália setentrional, especialmente trentinos, vênetos e lombardos. Para eles, a nova vida sonhada foi confrontada por uma dura realidade; um preço a ser pago por aqueles que, premidos pela necessidade, assumem os riscos do pioneirismo. Afinal, “emigrar é um sacrifício supremo” (DERENZI, 1974, p. 15).

40 A tragédia teresense foi noticiada nos principais jornais do país, entre eles: *O Paiz, Jornal do Brasil, Correio Paulistano e Minas Geraes*.

Em São João de Petrópolis, distrito fundado às margens do rio Santa Maria do Doce, o incremento das lavouras de café e das frentes de colonização no curso do Vale do Canaã, estreitou as relações de convívio entre os imigrantes e seus descendentes com os capixabas e demais brasileiros, muitos deles egredidos de Minas Gerais. Este relacionamento, em alguns momentos, devido às diferenças identitárias e à inexistência de um aparato policial consistente, adquiriu um caráter explosivo, resultando no capítulo mais triste da história do município de Santa Teresa – a Jagunçada de Barracão.

A partir das investigações conduzidas pelo delegado Ribeiro e pelo chefe de polícia Loreto, foi possível concluir que as ações praticadas pelos bandidos, sob a chefia do jagunço Zé Calhau, foram premeditadas após o assassinato de dois mineiros, em 1897, por italianos radicados no distrito de São João de Petrópolis. Para Calhau, os autores dos crimes não foram punidos porque Vivaldi agiu com parcialidade, esquivando-se de suas obrigações como autoridade constituída para proteger homens que, tal como ele, eram brancos, italianos e depositários de uma cultura comum. Vale destacar, entretanto, que havia tensões pré-existentes entre os dois, derivadas de desentendimentos que, por pouco, não desembaram para a violência e o confronto.

A pesquisa *in loco* mostrou que, apesar da dor e das cicatrizes deixadas pelos jagunços, os descendentes das vítimas reconhecem os erros cometidos pelos imigrantes europeus, asseverando que o racismo, patente na sociedade brasileira da época, foi decisivo para a irrupção do conflito. Esta nova percepção é salutar, pois demonstra o repúdio à discriminação racial, um dos mais perversos legados da escravidão, ao mesmo tempo em que aponta para um dos grandes desafios brasileiros do século XXI – a superação das desigualdades existentes entre brancos e negros no país.

Referências:

- A TRIBUNA. Vitória: 16 nov. 2008, p. 22.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Fundo Agricultura - Série Diretoria Central de Terras e Colonização (DCTC)*. Livro nº 16 (Registo atual) / (Antigo registro: Nº 33). Descrição: Registro das correspondências do Diretor da Colônia Santa Leopoldina com o Inspetor Geral das Terras e Colonização e diversos funcionários. 1877 - 1878.
- _____. Processo nº 1356, Cx. 739, 22/11/1897. Inquérito policial que apura a morte do cidadão José Rodrigues na localidade Barracão de Petrópolis.
- _____. Processo nº 1406, Cx. 742, 30/09/1898. Auto de Perguntas feitas aos réus que foram transferidos da Comarca de Alfredo Chaves para a Capital como “incursos nos acontecimentos ocorridos no Barracão de Petrópolis”.
- _____. *Projeto Imigrantes*. Disponível em: <<http://imigrantes.es.gov.br/Imigra.aspx>>. Acesso em: 15 de jun. 2018.
- BIASUTTI, Luiz C. *No coração capixaba: 120 anos de história da mais antiga colônia italiana no Brasil – Santa Teresa/ES*. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.
- BIASUTTI, Luiz C.; LOSS, Arlindo. *São Roque do Canaã: uma história de fé, trabalho e vitórias*. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de M. *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*. Vitória: Cátedra, 1987.
- BRASIL. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260>>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: DE BONI, Luis A. *A presença italiana no Brasil*. Vol.2. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- CALASANS, José. Os Jagunços de Canudos. In: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, nº 15, 1970. Brésil. pp. 31-38.
- CASTIGLIONE, Aurélia H. Buona gente capixaba. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, set. 2011.
- CÔMITE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE. *A Bacia*. Disponível em: <<http://www.cbhdoce.org.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- DADALTO, Maria C. *Cenas de violência na tessitura entre imigrantes italianos e brasileiros no interior do Espírito Santo*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. [online]. 2017, vol.12, n.1, pp.189-200. ISSN 1981-8122. <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100011>.
- DERENZI, Luiz S. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.
- ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO. Vitória: 18 nov. 1897, nº 270, p. 2.
- _____. Vitória: 11 dez. 1897, nº 290, p. 1-2.
- _____. Vitória: 24 abr. 1898, nº 94, p. 2.
- _____. Vitória: 18 mar. 1899, nº 63, p. 1.
- _____. Vitória: 09 abr. 1899, nº 81, p. 2.
- _____. Vitória: 09 nov. 1900, nº 261, p. 1.
- CONRING, José I. *O atentado a Miguel Gonring*. Mensagem recebida

por <codiguar@yahoo.com.br> em 24 fev. 2020.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias Imperiais na Terra do Café: campões trentinos (vénitos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N10/320460920>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. *Navegador INDE*. Disponível em: <<https://visualizador.inde.gov.br/#>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo encontro das raças*. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora, 1997.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros, e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: Edufscar, 2016.

MÜLLER, Frederico. *Fundação e Fatos Históricos de Santa Teresa*. 2. ed. Vitória: IHGES, 2000.

PERINI, Ayres. *Entrevista concedida a Francisco Roldi Guariz*. São Roque do Canaã: 15 mar. 2102.

RUSCHI, Enrico Ildebrando A. *Município de Santa Teresa*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

SCALZER, Simone Z. *O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) - Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

Silva, Francisco Paulo da. *Entrevista concedida a Francisco Roldi Guariz*. Santa Teresa: 11 mar. 2011.

SILVA, Marcos Rafael da. *Os protocolos italianos (1892-1898)*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SITUAÇÃO dos Colonos Italianos no Estado do Espírito Santo, Arigo de Zettiry, 1902, Coleção Canaã, APEES (No prelo).

TONONI, Maria Auxiliadora V. *Entrevista concedida a Francisco Roldi Guariz*. Santa Teresa: 15 set. 2010.

Recebido em: 05/08/2020 Aprovado em: 15/09/2020

